

1 **ATA DA DUCENTÉSIMA DÉCIMA SÉTIMA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO**
2 **CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL – CMAS, REALIZADA NO DIA**
3 **VINTE E SEIS DE NOVEMBRO DE 2014, NA SEDE DA SECRETARIA MUNICIPAL DO**
4 **DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA - SEMDESC. HORÁRIO: 13h25min.**
5 **QUORUM DE ABERTURA:** Constatada a presença dos conselheiros (as): Lucidalva Barreto dos
6 Santos (representante da sociedade civil – Núcleo dos Assistentes Sociais - titular); Gilmar Lima
7 (representante do governo - SEMDESC); Júnia Graciele Ribeiro Mendes (representante do governo
8 - SESAU); Maria Martins Silva Gomes (representante da sociedade civil – Natal Justino da Costa);
9 Ilma Costa Marques (representante da sociedade civil - Associação Mão Amiga); Maria Geralda
10 Araújo (Representatividade do Governo – Sec. Municipal da Fazenda); Marli Rodrigues Xavier
11 Brito (representante da sociedade civil – Abrigo Frei Anselmo); Eudes Barbosa da Costa
12 (representante do governo - Gabinete) e Neuzira Cardoso Otoni (representante da sociedade civil –
13 Psicólogos). Ainda presentes, Isabel Aparecida Cruz Randi, técnica da SEMDESC, Larissa Carolina
14 de Barros Menezes, Chefe da Divisão dos Conselhos, e Kamilla Sousa Sales, Assessora Especial de
15 Gabinete a serviço da SEMDESC. Lucidalva iniciou a reunião agradecendo a presença de todos,
16 explicando o caráter extraordinário da reunião, sendo o ponto de pauta a apreciação e deliberação
17 do “Demonstrativo Sintético Anual de Execução Físico Financeira do SUAS de 2013”. Lucidalva
18 explicou ainda que o referido documento era o resultado de uma análise de documentos
19 apresentados pela gestão, que foi feita na semana anterior por alguns membros do Conselho.
20 Passando a leitura do documento, Lucidalva lamentou a ausência do profissional responsável pelo
21 preenchimento, sendo justificado pelo secretário e conselheiro Gilmar que a mesma estava
22 impossibilitada de ausentar-se do setor de contabilidade por excesso e acúmulo de trabalho. Dessa
23 forma, Lucidalva continuou a leitura, solicitando informações dos conselheiros presentes conforme
24 os pisos e recursos de gestão, os quais os mesmos foram responsáveis por analisar. Foi questionado
25 ao secretário Gilmar a autorização de pagamentos feitos por outros gestores que não o próprio
26 gestor da assistência social. Gilmar informou desconhecer tal fato, mas que apuraria o ocorrido.
27 Outro ponto levantado foi quanto a pagamento de funcionários efetivos com função de gari com
28 recurso de manutenção dos CRASs. Quanto a prestação de contas dos recursos repassados a
29 entidades prestadoras de serviço foi colocado que deveria ter sido enviado junto aos documentos o
30 plano de trabalho apresentado pelas mesmas junto ao controle interno, para melhor entendimento
31 dos itens apontados com a aplicação do recurso. Diante as dúvidas foi solicitada a presença da
32 funcionária Thatiany Correa, que fez o preenchimento do Demonstrativo. Thatiany explicou que
33 não poderia discriminar os gastos apresentados, pois fez a prestação de contas baseada nos
34 documentos bancários, empenhos e notas. Questionada quanto à incompatibilidade de valores no
35 preenchimento do sistema, Thatiany esclareceu que acreditava ser um problema no sistema, vez que
36 ocorreu até mesmo nos pisos onde o recurso não foi utilizado, a exemplo do Acessuas. Quanto à

37 prestação de contas do recurso repassado para a APAE foi observada aplicação da maior parte em
38 pagamento de funcionários. No momento foi consultado por telefone ao setor de controle interno se
39 não haveria um limite, sendo informado que não é determinado um limite de aplicação às entidades
40 pela prefeitura. Lucidalva sugeriu o envio de ofício ao setor informando a normativa da política de
41 assistência social a qual determina que na aplicação dos recursos de cofinanciamento para serviços
42 poderá ser utilizado para pagamento de funcionários até 60% do valor repassado, sendo acatado por
43 todos. Ao final da leitura do Demonstrativo, Lucidalva passou a leitura das questões a serem
44 respondidas no preenchimento do parecer do Conselho, sendo as mesmas respondidas pelos
45 presentes para posterior preenchimento no sistema. Colocado o Demonstrativo para aprovação o
46 mesmo foi aprovado da seguinte forma: Gilmar (aprovou); Júnia (aprovou); Maria (aprovou);
47 Lucidalva (aprovou); Ilma (aprovou); Maria Geralda (aprovou); Clarice (aprovou); Neuzira
48 (aprovou) e Eudes (aprovou). Após a aprovação Lucidalva sugeriu que para o próximo ano a
49 prestação de contas seja apresentada ao Conselho por trimestre, e ainda a apresentação de plano de
50 trabalho dos equipamentos públicos estatais e das entidades prestadoras de serviço. Sendo acatado
51 por todos os presentes. Ainda com relação a prestação de contas Lucidalva ratificou as dificuldades
52 enfrentadas pelo CMAS na apreciação e aprovação das mesmas, referindo-se a necessidade do
53 funcionário para acompanhamento da execução dos recursos e não somente na prestação de contas.
54 Em informe gerais, Lucidalva passou a informações acerca da reunião realizada no dia anterior com
55 a juíza e com o promotor da infância e adolescência, Dra. Fernanda e Dr. Stefano, respectivamente.
56 Avaliou a reunião como extremamente importante, pois foram discutidas questões relativas à
57 atuação e eleição do Conselho Tutelar, o serviço de acolhimento institucional de crianças e
58 adolescentes, especialmente as Casas Lares. Tanto a juíza quanto o promotor mostraram-se
59 comprometidos na solução dos problemas para a qualificação de uma política para crianças e
60 adolescentes pautada no direito e na prioridade preconizados. Em seguida o secretário e
61 conselheiro, Gilmar, solicitou a palavra para comunicar o bloqueio de recurso de cofinanciamento
62 federal (Piso Básico Fixo), o qual mantém o funcionamento dos CRASs. Explicou que o ocorrido se
63 deu por um equívoco no preenchimento do CENSO SUAS em 2013 quando foi informado que o
64 CRAS Pólo 3 estaria compartilhando o espaço com entidade privada, vez que aquele local é de
65 propriedade da APAE de Unaí. A situação foi esclarecida junto à SEDESE em Belo Horizonte,
66 sendo enviado ofício e fotos explicando que o espaço foi cedido pela APAE, e que esta não
67 utilizava as instalações edificadas, apenas a área externa para atividades de equoterapia. No entanto
68 foi solicitado que o Conselho fosse cientificado e que ainda fizesse a validação das informações ora
69 apresentadas. Dessa forma Lucidalva colocou para aprovação a validação das informações de que o
70 CRAS Pólo 3 não compartilhava o espaço com entidade privada, sendo o espaço utilizado de uso
71 exclusivo do equipamento. Sendo aprovada da seguinte forma: Gilmar (aprovou); Júnia (aprovou);
72 Maria (aprovou); Lucidalva (aprovou); Ilma (aprovou); Maria Geralda (aprovou); Clarice

73 (aprovou); Neuzira (aprovou) e Eudes (aprovou). Ainda em informes gerais, Lucidalva procedeu a
74 leitura de ofício recebido da PCH Mata Velha informando a aprovação da atualização do PAS
75 daquele empreendimento junto ao CEAS, e de ofício da SEDESE falando do acompanhamento dos
76 Pactos de Aprimoramento de Gestão do Suas, sendo decidido analisar o documento em Comissão.
77 Nada mais havendo a tratar, a presidente encerrou a reunião agradecendo a presença de todos, e eu,
78 Isabel Aparecida Cruz Randi, lavrei essa ata que será lida e aprovada por todos os presentes em
79 reunião. **ENCERRAMENTO:16h45min.**